

Termo de Referência 59/2025

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

Editado por

200406-DIRETORIA TECNICO-CIENTIFICA/DPF

Atualizado em

DANGELO VICTOR GONCALVES SILVA

Status

11/11/2025 16:16 (v 0.10)

ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	264/2025	08201.000236/2025-58

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 08201.000236/2025-58)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de manutenção preventiva e corretiva do equipamento microscópio eletrônico de varredura com detector de energia dispersiva (MEV/EDS), modelo Phenom Pro-X, da marca Thermo Fisher, que compõe o parque tecnológico do Laboratório de Microvestígios do Serviço de Perícias em Locais de Crime do Instituto Nacional de Criminalística (SEPLOC/DPEMAP/INC/DITEC/PF), contemplando o fornecimento de peças e traslado de técnico, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA: Qualquer tarefa realizada sob um programa regular de manutenção do equipamento, e que vise à prevenção de paradas não programadas e assim evitar impactos negativos nas atividades laboratoriais;

1.1.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA: Qualquer tarefa relacionada ao reparo de defeito de quaisquer itens do equipamento, quando o defeito impactar nas atividades laboratoriais, seja ele causado por operação anormal do sistema ou por desgastes ou quebra de peças.

Tabela 1: Valores estimados das manutenções preventivas e corretivas (serviços), para um período de cinco anos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de manutenção preventiva com deslocamento do técnico e peças	16314	Unidade	5	R\$ 32.906,82	R\$ 164.534,10

2	Serviço de manutenção corretiva com deslocamento do técnico e peças	16314	HORA	400	R\$ 3.397,87	R\$ 1.359.149,95
VALOR TOTAL						R\$ 1.523.684,05

Tabela 2: Valores estimados das manutenções preventivas e corretivas (serviços), para um período de cinco anos, conforme proposta do fornecedor.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de manutenção preventiva	Unidade	5	R\$ 9.420,00	R\$ 47.100,00
2	Deslocamento do técnico para serviço de manutenção preventiva em Brasília /DF	TRANSLADOS (ida e volta)	5	R\$ 3.630,00	R\$ 18.150,00
3	Hora técnica - manutenção corretiva	HORA	400	R\$ 750,00	R\$ 300.000,00
4	Deslocamento do técnico para serviço de manutenção corretiva em Brasília /DF	TRANSLADOS (ida e volta)	8	R\$ 3.630,00	R\$ 29.040,00

Tabela 3: Valores estimados das substituições de peças em manutenções preventivas (peças) para um período de cinco anos, conforme proposta do fornecedor.

Item	Quantidade	P/N	Descrição	Valor unitário	Valor Total com IPI
01	05	PW930181	Bomba Turbo Lubrificante Kit	R\$ 3.966,55	R\$ 20.824,41
02	05	PW930158	Kit de substituição de diafragma PVP	R\$ 14.944,70	R\$ 78.459,69
TOTAL DAS PEÇAS com IPI					R\$ 99.284,10

Tabela 4: Valores estimados das substituições de peças em manutenções corretivas (peças), conforme proposta do fornecedor.

Item	Quantidade	P/N	Descrição	Valor unitário	Valor Total com IPI
01	01	PW940027	Turbopump	R\$ 385.816,57	R\$ 385.816,57
02	01	PW930234	Phenom Source Module	R\$ 66.173,15	R\$ 66.173,15
03	01	PW940010	HV Board 20Kv	R\$ 128.573,27	R\$ 128.573,27
04	01	PW940022	EDS Detector	R\$ 293.449,91	R\$ 293.449,91
05	01	PW930175	NavCam Assembly	R\$ 156.097,05	R\$ 156.097,05
TOTAL DAS PEÇAS com IPI					R\$ 1.030.109,95

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se fazem necessárias as manutenções preventivas /corretivas anuais por se tratar de equipamento estratégico e essencial para manutenção das atividades laboratoriais, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando, em tese, a possibilidade de economia de escala, a economia de recursos humanos que seriam mobilizados no caso de contratações anuais independentes, e ainda garantir que não haja solução de continuidade das atividades laboratoriais, mitigando os riscos que prejudiquem a capacidade de resposta atualmente instalada no laboratório.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **5 anos** contados **da assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5.1. O objeto da contratação tem a natureza de serviço comum de manutenção de equipamento de laboratório, especificamente de manutenção preventiva e corretiva para o equipamento microscópio eletrônico de varredura com detector de energia dispersiva (MEV/EDS), modelo Phenom Pro-X, da marca Thermo Fisher, número de série MVE060705-0613-S, patrimônio nº 2020020211, que compõe o parque tecnológico do

Laboratório de Microvestígios do Serviço de Perícias em Locais de Crime do Instituto Nacional de Criminalística (SEPLOC/DPEMAP/INC/DITEC/PF) na cidade de Brasília/DF, incluindo peças e valores de deslocamento para realização dos serviços.

1.5.2. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela 1 acima.

1.5.3. Os valores especificados na tabela 2 do subitem 1.1 de cada atendimento abrangem os custos mão-de-obra especializada, com diárias, passagens e translados entre o aeroporto, o hotel e o local de execução dos serviços, incluindo também as despesas referentes aos técnicos da empresa contratada.

1.5.4. As peças para Manutenções Preventivas e Corretivas que se fizerem necessárias não estão inclusas nos respectivos valores de manutenção e serão substituídas sob demanda em comum acordo entre CONTRANTE e CONTRATADA sendo seus valores estimados nas tabelas 3 e 4 respectivamente.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000016/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2024;

III) Id do item no PCA: 290;

IV) Classe/Grupo: 871 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL, MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS;

V) Identificador da Futura Contratação: 200406-264/2025;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade apresentados no item 14 do Estudo Técnico Preliminar e eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Por se tratar de uma contratação direta por inexigibilidade, os serviços são ofertados somente por um fornecedor em caráter de exclusividade, por representante exclusivo no Brasil do fabricante do equipamento. Neste cenário, considerar o critério de sustentabilidade na análise da solução para o objeto da contratação, tais como, melhor técnica; melhor técnica/preço fica relativamente prejudicada;

4.1.2. A própria natureza da aquisição, relativa a serviços de manutenções de equipamentos laboratoriais, por si, não causa impacto considerável ao meio ambiente, pois trata-se basicamente de serviços de ajustes, limpeza, lubrificação e eventualmente substituição de peças dos equipamentos. Ainda, trata-se de manutenção de somente uma unidade de equipamento, o que minimiza a geração de resíduos poluentes durante a execução dos serviços a exemplo de produtos para limpeza e lubrificação, como solventes, óleos, graxas, etc;

4.1.3. Os testes que serão realizados após as manutenções, para fins de averiguar o correto funcionamento dos equipamentos, utilizam quantidades diminutas de consumíveis, na ordem de miligramas, portanto, com impactos ambientais desprezíveis. Atendendo de forma genérica as orientações relativas a contratações sustentáveis no que se refere ao correto descarte de resíduos utilizados (ex. embalagens), que serão destinados a coleta seletiva e reciclagem e, para as pequenas quantidades de substâncias utilizadas na limpeza e lubrificação, serão descartados seguindo as políticas de descartes de resíduos laboratoriais já implementadas no laboratório;

4.1.4. Quanto aos resíduos sólidos, nos testes serão utilizados pequenas quantidades de produtos plásticos (placas, microtubos, etc) além de Equipamentos de Proteção Individual- EPIs (toucas, máscaras, luvas, etc.). Segundo o art. 9º da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), citado pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis: "Art. 9º. Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição ambientalmente adequada dos rejeitos. Nesta ordem, em caso concreto, a não geração de resíduos não é possível de ocorrer durante a execução dos serviços. Quanto à redução, naturalmente a pequena quantidade de resíduos sólidos é intrínseca à contratação, pois se trata de somente uma unidade de equipamento. No tocante à reutilização, não há a possibilidade de reaproveitamento de produtos plásticos e EPIs sob o risco dos mesmos serem potencialmente fontes de contaminação. Quanto ao tratamento adequado e disposição ambientalmente correta, os resíduos serão descartados com o devido tratamento sanitário;

4.1.5. Quanto às peças eventualmente substituídas e artefatos de pequena monta a exemplo de anéis de vedação, porcas, parafusos, estes deverão ser recolhidos pela própria contratada, devendo portanto, ser aplicada a logística reversa, que é a devolução de resíduos sólidos ao setor empresarial, conforme preconiza o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos -SINIR do Ministério do Meio ambiente (<https://sinir.gov.br/perfis/logistica-reversa/logistica-reversa/>) citado pelo Guia Nacional de Contratações sustentáveis;

4.1.6. A contratada deverá transmitir, caso houver, boas práticas que otimizem a utilização do equipamento, otimizando os ciclos de funcionamento e a economia de energia e insumos;

4.1.7. As tecnologias na área forense possuem avanço muito rápido. Quando ocorrer a obsolescência do equipamento para o uso forense, sendo necessário a substituição por novas tecnologias, ou ainda as manutenções não forem economicamente viáveis diante da depreciação temporal do equipamento, este poderá ser inserido na página governamental DOAÇÕES (<https://doacoes.gov.br/>), conforme preconiza o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, permitindo a incorporação e transferência de patrimônio da União para outros entes do governo, prolongando o ciclo de vida do equipamento em questão, que ainda poderá ser útil para outras utilizações diversas ao uso forense.

4.1.8. O(s) serviço(s) deverá(ão) respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando tecnologias e materiais ecologicamente corretos, atendendo aos critérios de sustentabilidade assim como:

4.1.8.1. Fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços.

4.1.8.2. Realização de separação dos resíduos recicláveis descartados durante os eventos.

4.1.8.3. Respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.1.8.4. Previsão da destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

4.1.8.5. Esta contratação observará em todas as fases do procedimento de contratação as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental.

4.1.8.6. A empresa a ser contratada deverá retirar, sob orientação da Fiscalização do contrato, todos os materiais substituídos durante a realização de serviços, devendo apresentá-los à fiscalização para avaliação de reaproveitamento e/ou recolhimento a depósito indicado.

4.1.8.7. A empresa a ser contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Não há vedação de utilização de nenhuma marca/produto específico, sendo o fornecedor responsável pelo atendimento ao recomendado pelo fabricante.

Da exigência de carta de solidariedade

4.3. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.6. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 30 dias da emissão da ordem de serviço.

5.1.1.1. Ordem de serviço é a SOLICITAÇÃO FORMAL e definida como o envio de mensagem eletrônica das contas seploc.inc@pf.gov.br e/ou dangelo.dvgs@pf.gov.br e /ou avila.mas@pf.gov.br para conta informada pelo licitante (ou outra informada pelo contratante). Nessa mensagem constará a descrição sucinta do problema e a solicitação de visita técnica, de acordo com as necessidades da ADMINISTRAÇÃO, e conforme o valores contratados.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. Manutenção Preventiva é a intervenção técnica no equipamento que visa prevenir a interrupção de funcionamento do mesmo, quando do uso em condições de alta demanda, garantindo a condição normal de operação, sempre realizado na unidade da contratante;

5.1.2.2. As manutenções preventivas poderão ser autorizadas, a critério da Administração, limitadas a uma por ano por equipamento, para evitar na medida do possível as manutenções corretivas;

5.1.2.3. Os serviços de manutenção preventiva são todos aqueles necessários para o restabelecimento da condição normal de operação do equipamento descrito na tabela 2 deste termo. Para a consecução deste objetivo devem ser previstos os custos referentes a: (a) mão-de-obra especializada, (b) peças e materiais necessários aos reparos aos custos, (c) deslocamento do técnico conforme tabela 2 deste instrumento;

5.1.2.4. O serviço de manutenção preventiva do equipamento incluirá a correção de falhas e defeitos

encontrados, a limpeza e a validação, quando cabível;

5.1.2.5. Modificações técnicas de melhoria de engenharia poderão ser realizadas no momento do reparo desde que não acarretem limitação das funcionalidades originais ou redução do tempo de vida útil do equipamento e não trarão nenhum custo adicional à Contratante, desde que autorizado pela Contratante;

5.1.2.6. Como os equipamentos são controlados por estações de trabalho (computadores), com software proprietário para aquisição e tratamento de resultados analíticos, a manutenção preventiva deverá prover a reinstalação dos programas de controle nas estações de trabalho, em caso de mau funcionamento, ou em computadores disponibilizados pela Contratante em substituição aos originais. Neste último caso, a Contratada deverá possibilitar a instalação do software original ou programa de atualização (upgrade), cobrado como peça de reparo do equipamento.

5.1.2.7. Sempre que necessário será realizada, durante a vigência do contrato, a Manutenção Preventiva no equipamento descrito no item 1.1 deste instrumento, de acordo com solicitação da Contratante através de solicitação formal descrita no item 5.1.1.1.

5.1.2.8. A solicitação do serviço de manutenção preventiva será formalizada pelo fiscal do contrato da Contratante ou pelo fiscal local através de email indicado pela Contratada. A Contratada deverá confirmar o recebimento da solicitação e fornecer um número de identificação para a Ordem de Serviço, que servirá de referência para o acompanhamento de todas as etapas do atendimento.

5.1.2.9. A contratada terá até 5 (cinco) dias corridos para responder formalmente a qualquer solicitação de serviços de manutenção:

5.1.2.9.1. Em caso de manutenção corretiva, a contratada deve apresentar uma cotação para o serviço solicitado ou, em caso de impossibilidade de diagnóstico remoto, deve sugerir uma data para a visita técnica para diagnóstico do defeito apresentado pelo equipamento.

5.1.2.9.2. Em caso de manutenção preventiva, a contratada deve apresentar uma cotação para o serviço solicitado com a data estimada para a visita técnica para execução do serviço.

5.1.2.10. A manutenção preventiva deverá garantir o perfeito funcionamento de todo equipamento no momento de sua execução, não apenas no que diz respeito aos componentes substituídos e/ou os serviços executados, tanto da parte eletrônica quanto aos softwares de controle do mesmo.

5.1.2.11. A Contratada disporá de um prazo de até 25 (vinte e cinco dias úteis) para a completa resolução dos problemas encontrados e a disponibilização do equipamento reparado à Contratante.

5.1.2.12. No caso de haver necessidade de importação de peças, não encontradas em estoque, o prazo acima poderá ser dilatado para 45 (quarenta e cinco) dias.

5.1.2.13. Mediante justificativa fundamentada por parte da Contratada, o fiscal do contrato da Contratante poderá estender, a seu critério, o prazo máximo previsto para o reparo, o que formalizará em documento próprio a ser apresentado à Contratada, no qual constará obrigatoriamente o período de dilação.

5.1.2.14. Ao final da manutenção preventiva, o técnico da Contratada deverá apresentar o Relatório de Serviço realizado ao Fiscal Local, que detalhará todos os serviços realizados, peças trocadas, horas técnicas e deslocamento necessários para manutenção do equipamento, em consonância com valores propostos pela Contratada.

5.1.2.15. Os preços dos serviços de manutenção preventiva deverão ser cotados de acordo com os valores apresentados nas tabelas 2 e 3, a serem eventualmente substituídas, por tipo de equipamento /acessório.

5.1.2.16. As peças e materiais aplicáveis deverão ser originais de primeiro uso, novas e compatíveis com o que há de mais atual no mercado, e com suas respectivas garantias, sempre empregadas dentro das melhores práticas técnicas.

5.1.2.17. Sempre que necessário será realizada, durante a vigência do contrato, a Manutenção Corretiva nos equipamentos descritas nas tabelas 2 e 4, de acordo com solicitação da Contratante. A execução dos serviços de manutenção corretiva será iniciada por meio de solicitação formal através de e-mail indicado pela Contratada conforme descrito no item 5.1.1.1. A Contratada deverá confirmar o recebimento da solicitação e fornecer um número de identificação para a Ordem de Serviço, que servirá de referência para o acompanhamento de todas as etapas do atendimento.

5.1.2.18. Após a abertura do chamado de manutenção, será estabelecido pela Contratada um cronograma com a expectativa de atendimento, com prévio agendamento junto ao Fiscal Local da unidade técnico-científica da PF, cujo equipamento necessite de manutenção e que deverá ser aprovado pelo Gestor do Contrato.

5.1.2.19. Como todos os equipamentos são controlados por estações de trabalho (computadores), com

software proprietário para aquisição e tratamento de resultados analíticos, a manutenção corretiva deverá prover a reinstalação dos programas de controle nas estações de trabalho, em caso de mau funcionamento, ou em computadores disponibilizados pela Contratante em substituição dos originais. Neste último caso, a Contratada deverá possibilitar a instalação do software original ou programa de atualização (upgrade), cobrado como peça de reparo do equipamento.

5.1.2.20. Considerando as distâncias envolvidas entre a sede da CONTRATADA e o local de instalação do equipamento da CONTRATANTE, as etapas de apresentação de cronogramas, agendamentos das manutenções, indicação de Fiscais Locais e aprovação para execução dos serviços, poderão ser feitas por meio eletrônico, através de mensagens trocadas entre e-mail oficial da PF (no caso dos fiscais de contrato) e da empresa contratada.

5.1.2.21. A manutenção corretiva deverá garantir o perfeito funcionamento de todo equipamento no momento de sua execução, não apenas no que diz respeito aos componentes substituídos e/ou os serviços executados, tanto da parte eletrônica quanto aos softwares de controle do mesmo.

5.1.2.22. Em caso de necessidade de importação de peças para a realização da manutenção corretiva, que a Contratada não possua em estoque no Brasil, o prazo para execução do serviço para resolução dos problemas encontrados, pode ser estendido para até 90 (noventa) dias. A Contratada deve solicitar formalmente a dilação desse prazo por motivo excepcional.

5.1.2.23. Mediante justificativa fundamentada por parte da Contratada, o Gestor do contrato poderá estender excepcionalmente, a seu critério, o prazo máximo previsto para a conclusão definitiva do reparo, o que formalizará em documento próprio a ser apresentado à Contratada, no qual constará obrigatoriamente o período de dilação.

5.1.2.24. Ao final da manutenção corretiva, o técnico da Contratada deverá apresentar o Relatório de Serviço realizado ao Fiscal Local, que detalhará todos os serviços realizados, peças trocadas, horas técnicas e deslocamento necessários para manutenção do equipamento, em consonância com valores propostos pela Contratada.

5.1.2.25. Os serviços executados poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta ou quando não forem efetivos para o bom funcionamento dos equipamentos, devendo ser refeitos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

5.2.1. Laboratório do SERVIÇO DE PERÍCIAS EM LOCAL DE CRIME da Polícia Federal (PF), localizado no INSTITUTO NACIONAL DE CRIMINALÍSTICA, endereço: SPO Quadra 7 Lote 23, Setor Policial Sul - Brasília-DF - CEP: 70610-200.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: das 09:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00 horas, somente em dias úteis, conforme agendamento prévio em comum acordo.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual das **MANUTENÇÕES PREVENTIVAS** observará as rotinas abaixo:

5.4.1. EMISSÃO DA PROPOSTA COMERCIAL DOS SERVIÇOS PREVENTIVOS (Previamente à assinatura do contrato): a Contratada deverá fornecer, antes mesmo da assinatura do contrato, a proposta comercial com valores das manutenções preventivas para o período de 01 (um) ano e para o período de 05 (cinco) anos de contratação, ressaltando que a aquisição contempla 01 (um) evento de manutenção preventiva por ano, com possibilidade de prorrogação por até cinco anos.

5.4.1.1. Para o componente SERVIÇOS: O valor unitário é um valor fixo e tabelado. Logo, o valor anual do componente SERVIÇOS é o valor unitário. O valor para cinco anos, poderá ser alcançado pela simples multiplicação do valor anual por cinco anos.

5.4.1.2. Para o componente TRANSLADOS: A quantidade de translados previstos serão aqueles efetivamente necessários para a realização dos serviços e devem incluir os gastos com as passagens aéreas, transporte na cidade, alimentação e hospedagem do técnico encarregado da manutenção. O valor unitário de deslocamento é fixo e tabelado por zonas de deslocamento. Portanto, o valor anual do

componente TRANSLADO é fornecido pela multiplicação (Quantidade de deslocamentos estimados para um evento de manutenção preventiva X Valor unitário do deslocamento). O valor para cinco anos, poderá ser alcançado da mesma forma que o subitem anterior.

5.4.1.3. Para o componente PEÇAS: Conforme esclarecimentos anteriores, as peças utilizadas em uma manutenção preventiva já são de conhecimento prévio, visto que esta espécie de manutenção segue um protocolo já conhecido e preestabelecido. O valor anual de cada peça é alcançado pela multiplicação (Quantidade da peça X respectivo valor unitário). O valor para cinco anos, poderá ser alcançado da mesma forma que o subitem anterior.

5.4.1.4. Os valores unitários dos três componentes que formam a proposta: SERVIÇOS (valor unitário do Dia Técnico); TRANSLADOS (valor unitário do deslocamento) e PEÇAS (valor unitário de cada peça) deverão, anteriormente à assinatura do contrato, ser comprovados como valores vigentes praticados atualmente no mercado. A comprovação poderá ser realizada através de documentos que registrem a comercialização recente dos mesmos serviços/translados/peças, para outras instituições públicas ou privadas ou ainda, por outros meios similares de comprovação.

5.4.1.5. Após a comprovação dos valores vigentes no mercado, tais valores constarão em contrato, tornando-se vinculativos, não podendo ser reajustados durante o período de doze meses a partir da data da proposta apresentada. A cada doze meses após da assinatura da renovação contratual será realizada avaliação sobre a necessidade de reajuste, bem como será checada se a condição de exclusividade da Contratada permanece válida.

5.4.2. AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PREVENTIVOS: Após a pactuação dos valores e assinatura do contrato, a Contratante poderá autorizar o início da execução dos serviços de manutenção preventiva, desde que anteriormente agendado.

5.4.1.1. Ao iniciar a execução dos serviços preventivos, a Contratada deverá declarar, se for o caso, se existe algum serviço ou peças a serem substituídas que não estejam previstos no escopo de uma manutenção preventiva, o que ensejaria, portanto, uma manutenção corretiva. Caso se constate a necessidade de serviços ou peças que caracterizem uma manutenção corretiva, a intervenção deverá seguir os ritos para esta espécie de manutenção, e não mais deverá ser tratada como manutenção preventiva.

5.4.3. AGENDAMENTO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PREVENTIVOS (Após a assinatura do contrato): A Contratante solicitará à Contratada o agendamento da manutenção preventiva através de mensagem eletrônica (e-mail) sugerindo as datas mais convenientes ao atendimento. A Contratada deverá responder a solicitação por mensagem eletrônica (e-mail) em tempo razoável, preferencialmente em até 5 (cinco) dias corridos. Se a Contratada tiver a disponibilidade de atendimento na data pleiteada pela Contratante, deverá registrar o efetivo agendamento e encaminhar à Contratante, mensagem eletrônica (e-mail) de confirmação com pelo menos as seguintes informações: data e horário da intervenção preventiva; nome do técnico responsável pela visita e respectivo contato telefônico. Caso contrário, se a Contratada não possui disponibilidade na data pleiteada pela Contratante, a Contratada deverá encaminhar mensagem eletrônica (e-mail) informando as datas mais próximas às inicialmente pleiteadas, para agendamento em comum acordo.

5.4.3.1. Caso ocorra a impossibilidade da Contratada comparecer no dia agendado, deverá encaminhar mensagem eletrônica (e-mail) anteriormente à data agendada, constando motivação da impossibilidade de comparecimento e fornecendo novas opções das datas, considerando a tempestividade e urgência da necessidade da manutenção.

5.4.3.2. Pelo fato do equipamento não ser de fabricação nacional, os insumos, peça e artefatos de pequena monta podem ser parcialmente ou totalmente importados, exigindo lapso temporal considerável de importação, desembaraço aduaneiro e demais providências. Considerando esta realidade, ao agendar uma data para o início dos serviços de manutenção preventiva, a Contratada assumirá que possui para pronto uso, todo o necessário para a sua execução.

5.4.4. PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PREVENTIVOS: Após o início da execução dos serviços, o prazo para a finalização de cada evento de manutenção preventiva, será de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do dia do efetivo início da execução dos serviços. A Contratada deverá fornecer a previsão de data da finalização dos serviços.

5.4.5. OCORRÊNCIAS DURANTE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Durante a execução dos serviços preventivos a Contratada deverá informar quaisquer ocorrências dignas de nota ou que ensejem processos

decisórios por parte da Contratante.

5.4.6. Após a finalização de cada manutenção, a Contratada deverá entregar as documentações comprobatórias do cumprimento da obrigação contratual.

5.4.6.1. A Contratante (fiscalização do contrato) deverá realizar inspeção dos serviços executados, incluindo testes de operacionalidade dos equipamentos para verificar a conformidade dos serviços face às exigências deste Termo de Referência.

5.4.6.2. Após a inspeção, a Contratante (fiscalização do contrato), deverá elaborar Relatório Circunstanciado (ou documento equivalente). Se for constatado, no Relatório de Serviço Técnico, a execução dos serviços em desconformidade com as exigências previstas neste Termo de Referência, a Contratante (fiscalização do contrato) solicitará à Contratada, nova execução dos serviços, sem ônus para a Contratante, para sanar as desconformidades identificadas.

5.4.6.3. Caso o Relatório de Serviço Técnico esteja em conformidade com as exigências, a fiscalização do contrato deverá entregá-lo ao gestor do contrato. A entrega do Relatório de Serviço Técnico ao gestor do contrato, configura o Recebimento Provisório dos serviços.

5.4.6.4. A Contratante (gestor do contrato), avaliará os documentos e o Relatório de Serviço Técnico entregues pela fiscalização, e se não houver nenhum óbice técnico ou administrativo, irá formalizar o encerramento da execução dos serviços mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e solicitará à Contratada a emissão da Nota Fiscal com os valores anteriormente pactuados em contrato. Após a emissão, a Contratante (gestor do contrato) encaminhará a Nota fiscal para liquidação e posterior pagamento.

5.4.6.6. Os prazos para as tramitações após a finalização da manutenção, estão previstos no item 7 deste Termo de Referência.

5.4.7 A execução contratual das **MANUTENÇÕES CORRETIVAS** observará as rotinas abaixo:

5.4.7.1. EMISSÃO DA PRIMEIRA PROPOSTA COMERCIAL (antes da assinatura do contrato): nesta Primeira Proposta Comercial, deverá constar a estimativa de horas técnicas do componente SERVIÇO. Para o componente TRANSLADO, deverá constar uma unidade de deslocamento para cada evento corretivo. Em relação ao componente PEÇAS, conforme esclarecimentos anteriores, não é possível estimar antes da assinatura do contrato, as peças que deverão ser substituídas em uma eventual pane do equipamento.

5.4.7.1.1. Em contraponto, para a construção do processo de aquisição existe a condição inexorável de se estabelecer um valor orçamentário para as peças antes mesmo de ser firmar a contratação. A estratégia adotada para alcançar este valor orçamentário foi considerar o valor unitário das cinco peças mais onerosas do equipamento. O somatório dos valores unitários será o valor anual considerado para o componente PEÇAS. Portanto, a Primeira Proposta Comercial deverá trazer os valores unitários das cinco peças mais onerosas do equipamento.

5.4.7.1.2. A proposta deverá constar valores das manutenções corretivas para o período de um ano (ao menos um evento corretivo) e para o período de cinco anos (ao menos 5 eventos corretivos), de acordo com o detalhamento:

5.4.7.1.2.1. Para o componente SERVIÇOS: O valor unitário da hora técnica é um valor fixo e tabelado pela Contratada. Conforme anteriormente esclarecido, a quantidade de horas técnicas pode ser estimada antes da assinatura do contrato. Logo, a valoração anual do componente SERVIÇOS é encontrada pela multiplicação (Quantidade estimada de horas técnicas para um evento corretivo X Valor unitário da hora técnica). O valor para cinco anos poderá ser alcançado pela simples multiplicação do valor anual por cinco anos.

5.4.7.1.2.2. O valor unitário da hora técnica deverá ser comprovado como sendo valor vigente praticado no mercado mesmo antes da assinatura do contrato. A comprovação poderá ser realizada através de notas fiscais ou documentos que registrem a comercialização recente de serviços para outras instituições públicas ou privadas ou ainda, por outros meios similares de comprovação.

5.4.7.1.2.3. Após a comprovação do valor unitário do Dia Técnico, os valores estimados para o componente SERVIÇOS será pactuado para fins orçamentários e de empenho, e

constará em contrato, tornando-se vinculativos, não podendo ser reajustados durante o período de doze meses a partir da data da proposta apresentada. A cada doze meses após da assinatura da renovação contratual será realizada avaliação sobre a necessidade de reajuste, bem como será checada se a condição de exclusividade da Contratada permanece válida.

5.4.7.1.2.4. Para o componente TRANSLADO - O valor unitário do deslocamento possui valor fixo tabelado por zonas de deslocamento e devem incluir os gastos com as passagens aéreas, transporte na cidade, alimentação e hospedagem do técnico encarregado da manutenção. Para cada evento corretivo, será previsto uma unidade de deslocamento. Logo, a precificação do componente TRANSLADO, para um ano de contratação será alcançada pela multiplicação (Um deslocamento para um evento corretivo X Valor unitário do deslocamento). Para cinco anos de contratação a valoração será alcançada pela multiplicação simples do valor anual por cinco anos.

5.4.7.1.2.5. O valor unitário de deslocamento deverá ser comprovado como sendo valor vigente praticado no mercado mesmo antes da assinatura do contrato. A comprovação poderá ser realizada através de notas fiscais ou documentos que registrem a comercialização recente de serviços para outras instituições públicas ou privadas ou ainda, por outros meios similares de comprovação.

5.4.7.1.2.6. Após a comprovação do valor unitário do deslocamento, este valor também será pactuado para fins orçamentários e de empenho, e constará em contrato, tornando-se vinculativo, não podendo ser reajustados durante o período de doze meses a partir da data da proposta apresentada. A cada doze meses após da assinatura da renovação contratual será realizada avaliação sobre a necessidade de reajuste, bem como será checada se a condição de exclusividade da Contratada permanece válida.

5.4.7.1.2.7. Para o componente PEÇAS - A proposta deverá fornecer os valores unitários das cinco peças mais onerosas do equipamento. A estratégia para a construção de valor orçamentário será considerar o somatório dos valores unitários das cinco peças mais onerosas do equipamento, para um evento de manutenção corretiva. Logo, o valor anual para o componente PEÇAS na Primeira Proposta Comercial, será a soma simples (uma unidade da Peça 1 + uma unidade da Peça 2 + uma unidade da Peça 3 + uma unidade da Peça 4 + uma unidade da Peça 5). Para cinco anos, a valoração será obtida pela multiplicação do valor anual por cinco. O valor orçamentário/empenho das peças mais onerosas visa somente assegurar a possibilidade de cobertura orçamentária de peças envolvidas em panes mais simples até as mais gravosas.

5.4.7.1.2.8. Nesta Primeira Proposta Comercial, não haverá a necessidade de comprovação de valores de mercado das cinco peças mais onerosas, visto que estas foram somente utilizadas para a construção do valor orçamentário, e não reflete a realidade dos valores que efetivamente serão pagos à contratada no âmbito dos eventos concretos de manutenções corretivas.

5.4.7.1.2.8. Pelo fato de não refletir a realidade de valores que efetivamente serão executados no contrato e não serem necessárias as comprovações de valores, os valores das cinco peças mais onerosas não se tornarão vinculativos pelo período de 12 (doze) meses a partir da assinatura inicial ou da renovação contratual.

5.4.7.1.2.9. No âmbito das manutenções corretivas, em relação às peças, esta aquisição prevê o pagamento somente das peças que efetivamente foram substituídas em caso de uma eventual pane do equipamento.

5.4.7.2. AGENDAMENTO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CORRETIVOS: Em caso de pane, a Contratante solicitará o serviço de manutenção corretiva à Contratada, mediante mensagem eletrônica (e-mail), informando: o grau de urgência; o relato da pane/código de erro do equipamento, se houver, e a disponibilidade das datas mais convenientes. A Contratada deverá responder a solicitação, por mensagem eletrônica (e-mail) em tempo razoável, preferencialmente em até 5 (cinco) dias corridos.

5.4.7.2.1. Se a Contratada tiver a disponibilidade de atendimento na data pleiteada pela Contratante, deverá registrar o efetivo agendamento e encaminhar à Contratante, mensagem eletrônica (e-mail) de confirmação com pelo menos as seguintes informações: data e horário da intervenção corretiva; nome do técnico responsável pela visita e respectivo contato telefônico.

5.4.7.2.2. Caso contrário, se a Contratada não possui disponibilidade para a data pleiteada pela Contratante, a Contratada deverá encaminhar mensagem eletrônica (e-mail) informando as datas mais próximas às inicialmente pleiteadas para agendamento em comum acordo, atendendo ao princípio de razoabilidade, tempestividade e urgência da necessidade da manutenção.

5.4.7.2.3. Pelo fato de se tratar de equipamento que não é de fabricação nacional, os insumos e peças a serem utilizadas nas manutenções corretivas podem ser parcialmente ou totalmente importados, exigindo lapso temporal considerável de importação e desembaraço aduaneiro. Considerando esta realidade, ao agendar uma data para o efetivo início dos serviços de um evento de manutenção corretiva, a Contratada assumirá que possui para pronto uso, todo o necessário para a execução dos serviços corretivos.

5.4.7.3. IDENTIFICAÇÃO DAS DEMANDAS DE SERVIÇOS E PEÇAS EM CASO DE PANE DO EQUIPAMENTO: Na eventual ocorrência de pane no equipamento, os técnicos da Contratada, se assim acharem suficientes, poderão identificar as demandas de serviços e peças necessárias através de averiguação remota ou interpretação do código de erro gerado pelo equipamento. Após a avaliação das demandas necessárias de SERVIÇOS e PEÇAS, a Contratada deverá emitir um Relatório de Planejamento da Manutenção que deverá conter:

5.4.7.3.1. Componente SERVIÇOS - deverá trazer a descrição dos serviços e a quantidade real de horas técnicas necessárias para a programação da intervenção corretiva, sendo que, esta quantidade de horas técnicas não poderá exceder o quantitativo de horas técnicas já estimadas e pactuadas na Primeira Proposta Comercial;

5.4.7.3.2. Componente TRANSLADO - não é necessário constar no Relatório de Planejamento da Manutenção, visto que a Primeira Proposta Comercial já traz o quantitativo de uma unidade de deslocamento para cada evento corretivo, inclusive já pactuado em contrato à época da emissão do Relatório de Planejamento da Manutenção, e portanto não haverá modulação de quantitativo de deslocamento.

5.4.7.3.3. Componente PEÇAS - deverá conter a descrição, código e quantidade das peças que foram identificadas como as que deverão ser substituídas para reestabelecer a funcionalidade do equipamento.

5.4.7.3.4. O Relatório de Planejamento de Manutenção será submetido à apreciação da Contratante visando sua aprovação. Se aprovado, a Contratada deverá formalizar o seu conteúdo em uma Segunda Proposta Comercial.

5.4.7.4. EMISSÃO DA SEGUNDA PROPOSTA COMERCIAL (Posterior à assinatura do contrato): A segunda proposta (com o objetivo de caracterizar e dimensionar os SERVIÇOS e as PEÇAS necessárias para sanar a pane em caso concreto) será emitida somente após a ocorrência de uma pane que enseje manutenção corretiva do equipamento. Nesta proposta serão fornecidos somente valores pontuais necessários para sanar a pane relacionada a um evento corretivo em caso concreto. Portanto, não fornecerá valores anuais ou para cinco anos como a Primeira Proposta Comercial.

5.4.7.4.1. No caso de ocorrência de pane no equipamento, poderá haver modulação na quantidade de horas Técnicas (componentes SERVIÇOS), entretanto à época da emissão da Segunda Proposta Comercial, o quantitativo de horas técnicas não poderá superar o quantitativo previsto na Primeira Proposta Comercial.

5.4.7.4.2. Quanto ao componente TRANSLADOS, este possui quantitativo unitário, para a efetiva resolução da pane e portanto não haverá modulação de quantitativos.

5.4.7.4.3. Em relação ao componente PEÇAS, não há que se falar em modulação de quantitativos de peças em relação à Primeira Proposta Comercial, pois nesta primeira proposta, foram previstas valores unitários das peças mais onerosas do equipamento, somente para fins orçamentários. Portanto a Segunda Proposta Comercial, deverão constar as peças que forem efetivamente identificadas como necessárias a substituição em caso concreto da intervenção corretiva.

5.4.7.4.4. Para o componente SERVIÇOS- a Segunda Proposta Comercial deverá trazer a valoração da quantidade real de horas técnicas necessárias para a solução da pane em caso concreto. A valoração dar-se-á pela multiplicação (Quantidade de horas técnicas para intervenção corretiva em caso concreto X Valor unitário da hora técnica). Conforme anteriormente esclarecido, a quantidade de horas técnicas necessárias para sanar os problemas apontados não poderá exceder a quantidade de horas técnicas estimadas na Primeira Proposta Comercial.

5.4.7.4.5. No momento do fornecimento da Segunda Proposta Comercial, o valor unitário da hora técnica já deverá ter sido fornecido e comprovado à época da Primeira Proposta Comercial e inclusive já pactuado em contrato pelo prazo de 12 meses após a assinatura inicial do contrato. Portanto, se a emissão da segunda proposta ocorrer no prazo inicial de doze meses, não haverá necessidade de comprovação do valor unitário do Dia Técnico. Se a emissão da segunda proposta ocorrer após renovação contratual que traga reajustes de valores posteriores à vigência inicial, a Contratada deverá comprovar valor atual praticado no mercado na época da sua emissão.

5.4.7.4.6. Para o componente TRANSLADO - não é necessário constar na Segunda Proposta Comercial, visto que a Primeira Proposta Comercial já traz o quantitativo de uma unidade de deslocamento para cada evento corretivo, inclusive já pactuado em contrato à época da Primeira Proposta Comercial, e portanto não haverá modulação de quantitativo de deslocamento.

5.4.7.4.7. Para o componente PEÇAS - a Segunda Proposta Comercial deverá trazer a identificação, descrição, códigos, quantidades e valores unitários das peças que efetivamente restaram danificadas e que deverão ser substituídas no evento corretivo em caso concreto, a valoração será alcançada pela multiplicação (Quantidade da peça/artefato X Respectivo valor unitário).

5.4.7.4.8. De forma adversa à Primeira Proposta Comercial, a Segunda Proposta Comercial deverá contemplar as peças que efetivamente deverão ser substituídas em um evento concreto de manutenção corretiva, diferentemente das três peças mais onerosas contempladas pela Primeira Proposta Comercial, para as quais não foram necessárias as comprovações de valores, pois tinham a função somente de construção de valor orçamentário.

5.4.7.4.9. Portanto, no momento da emissão da Segunda Proposta Comercial, a Contratada deverá comprovar os valores de mercado das peças nela relacionadas, pois estes valores, se comprovados, serão os valores das peças que serão efetivamente pagos após o recebimento definitivo e o término do evento de manutenção corretiva. A comprovação dos valores como valores vigentes de mercado poderá ser realizada através de notas fiscais e documentos que registrem a comercialização recente de peças iguais ou semelhantes para outras instituições públicas ou privadas ou ainda, por outros meios similares de comprovação. No valor unitário das peças não deverá estar embutido o valor do serviço referente à sua substituição.

5.4.7.5. ANÁLISE E VALIDAÇÃO DA Segunda Proposta Comercial: Após a Contratada enviar a comprovação de valores das peças necessárias para o evento corretivo, a Contratante deverá analisar a Segunda Proposta Comercial com intuito de verificar: 1) Quanto ao componente SERVIÇOS, se a quantidade real de horas técnicas não ultrapassou o limite fornecido pela Primeira Proposta Comercial, e ainda se o valor unitário da hora técnica condiz com o valor anteriormente fornecido pela primeira proposta; 2) Quanto ao componente PEÇAS, se proposta contém as mesmas descrições, códigos e quantidades quando comparado ao Relatório de Planejamento da Manutenção, além da verificação se os documentos comprobatórios de valor de mercado, efetivamente o fazem, em relação aos valores unitários ofertados.

5.4.7.6. AUTORIZAÇÃO PARA O INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CORRETIVOS: Satisfeitas as verificações citadas no subitem anterior, a Contratante autorizará a execução da intervenção corretiva.

5.4.7.7. PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CORRETIVOS: o prazo para a execução de cada evento de manutenção corretiva será de até 15 (quinze) dias corridos contados a partir do dia do efetivo início dos serviços. A partir da definição da data do início da execução, a Contratada deverá fornecer a previsão de data da finalização.

5.4.7.8. OCORRÊNCIAS DURANTE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Durante a execução dos serviços corretivos a Contratada deverá informar quaisquer ocorrências dignas de nota ou que ensejem processos decisórios por parte da Contratante.

5.4.7.9. TRÂMITES TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS: Após a finalização de cada manutenção corretiva, a Contratada deverá entregar as documentações comprobatórias do cumprimento da obrigação contratual.

5.4.7.9.1. A Contratante (fiscalização do contrato) deverá realizar inspeção dos serviços executados, incluindo testes de operacionalidade do equipamento para verificar a conformidade dos serviços face às exigências do Termo de Referência. Se após a inspeção for constatada execução dos serviços em desconformidade com as exigências previstas neste Termo de Referência, a Contratante (fiscalização do contrato) solicitará à Contratada, nova execução dos serviços, sem ônus para a Contratante, para sanar as desconformidades identificadas.

5.4.7.9.2. Se após a inspeção a Contratante (fiscalização do contrato) averiguar que a manutenção está em conformidade com as premissas do Termo de Referência, o fiscal deverá elaborar Relatório Circunstanciado ou documento equivalente a ser entregue ao gestor do contrato.

5.4.7.9.3. A entrega do Relatório de Serviço Técnico ao gestor do contrato, configura o Recebimento Provisório dos serviços. A Contratante (gestor do contrato), avaliará os documentos e os Relatórios de Planejamento da Manutenção e de Serviço Técnico entregues pela fiscalização, e se não houver nenhum óbice técnico ou administrativo, irá formalizar o encerramento da execução dos serviços mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e solicitará à Contratada a emissão da Nota Fiscal com os valores anteriormente pactuados em contrato. Após a emissão, a Contratante (gestor do contrato) encaminhará a Nota fiscal para liquidação e posterior pagamento.

5.4.7.9.4. Os prazos para as tramitações após a finalização da manutenção, estão previstos no item 7 deste Termo de Referência.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Termo de Referência, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

5.5.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, 5.4.2 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

5.5.3. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

5.5.4. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

5.5.5. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

5.5.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

5.5.7. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

5.5.8. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo Termo de Referência, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

5.5.9. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

5.5.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em

trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

5.5.11. Manter durante toda a vigência do Termo de Referência, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.5.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Termo de Referência;

5.5.13. Manter durante toda a execução do Termo de Referência canais de comunicação com a contratante, notadamente via e-mail e/ou telefone, devendo informar eventuais alterações;

5.5.14. Responsabilizar-se por todas as peças, componentes, materiais e acessórios a serem substituídos nos equipamentos cedidos, sem ônus adicionais à DITEC/PF, mantendo o nível de segurança e desempenho dos equipamentos e sistemas;

5.5.15. Dispor de pessoal operacional qualificado para os serviços de transporte, carga, descarga e abastecimento, os quais deverão estar devidamente uniformizados e identificados por crachá;

5.5.16. Dispor de pessoal técnico qualificado para os serviços de instalação dos cilindros, se houverem, e eventuais equipamentos/materiais suplementares, os quais deverão estar devidamente uniformizados e identificados por crachá;

5.5.17. Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante o transporte e descarga dos gases, bem como durante a realização dos serviços de manutenção dos cilindros;

5.5.18. Responsabilizar-se pelo cumprimento por parte de seus empregados das normas disciplinares e de segurança, inclusive as relativas à prevenção de incêndios;

5.5.19. Fornecer todo o ferramental e aparelhagem necessários à boa execução dos serviços, bem como manter limpos e desimpedidos os locais de trabalho e/ou equipamentos de sua propriedade, obedecendo aos critérios estabelecidos pela DITEC/PF;

5.5.20. Verificar e conservar as placas de advertência de riscos e de situações de emergência bem como a sinalização de operação de carga e descarga;

5.5.21. Além dos item acima deverá prover durante a execução contratual e no caso de necessidade:

5.5.21.1. 01 (uma) Manutenção Preventiva anual com Qualificação Operacional (Sob demanda) para cada equipamento;

5.5.21.2. 400 (quatrocentas) Horas para Manutenção Corretiva pelo período de 60 meses (sob demanda) para cada equipamento, até término da vigência do contrato.

5.5.21.3. Deslocamento técnico apenas regional incluso (devem incluir os gastos com as passagens aéreas, transporte na cidade, alimentação e hospedagem);

5.5.21.4. A lista das 5 peças mais onerosas do equipamento (sob demanda) está listada na tabela 3.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. As especificações e modelos das peças a serem eventualmente trocados nos equipamentos, durante as manutenções corretivas e preventivas estão detalhadas nas tabelas 1 e 2, não sendo exaustivas, já que não foram listadas todas as peças possíveis de troca, somente aquelas das manutenções preventivas e as 5 pelas mais onerosas;

5.6.2. Os quantitativos de deslocamentos estimados dos técnicos da Contratada a serem eventualmente realizados, para atendimento das manutenções corretivas, foram estimados conforme sugestão da empresa e serão utilizados sob demanda;

5.6.3. O quantitativo de horas técnicas estimado para os técnicos da Contratada a serem eventualmente realizados, para atendimento das manutenções corretivas, foram estimados conforme sugestão da empresa e serão utilizados sob demanda;

5.6.4. A quantidade de serviços de manutenção preventiva, incluído deslocamento do técnico e horas técnicas, foram estimados conforme sugestão da empresa e serão utilizados sob demanda.

5.6.5. Cinco visitas para manutenção preventiva abrangendo o período de 5 anos, a serem agendadas em momento oportuno dentro do período de vigência do contrato e utilizadas de acordo com as eventuais demandas;

5.6.6. Um total de até 400 (quatrocentas) horas técnicas para manutenções corretivas abrangendo o período de 5 anos, a serem utilizadas de acordo com as eventuais demanda;

5.6.7. Um total de até 15 (quinze) deslocamentos para manutenções corretivas e preventivas abrangendo o período de 5 anos, a serem utilizadas de acordo com as eventuais demanda;

5.6.8. Uma previsão de 1.407.994,78 (Um Milhão e Quatrocentos e Sete Mil e Novecentos e Noventa e Quatro Reais e Setenta e Oito Centavos) abrangendo o período de 5 anos, destinados à cobertura de consumíveis e peças a serem eventualmente utilizados nos procedimentos de manutenção dos equipamentos;

5.6.9. Os custos de deslocamento, alimentação e hospedagem dos técnicos nas cidades onde os equipamentos estão instalados já estão inclusas no valor da proposta.

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido ¹⁴⁹ na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, mediante confirmação de recebimento.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Caso haja necessidade de troca de peças não previstas, a Contratada deverá enviar, além da Cotação, documento comprovando que os preços praticados são os de mercado. Tais documentos podem ser Notas fiscais para outras instituições; planilhas de custos, e outros que justifiquem a composição do preço praticado. Assim, poderá o Fiscal Técnico do contrato emitir seu juízo de aceitação do preço apresentado pela empresa e atestar o pagamento da nota fiscal do fornecimento de peças.

6.7. Caso haja necessidade de troca de uma quantidade maior de: peças, deslocamentos ou horas técnicas do que as previstas, poderá o Fiscal Técnico do contrato emitir seu juízo de aceitação e atestar o pagamento das Nota Fiscais, desde que não extrapolem o valor total do contrato. Nesses casos, o Fiscal Técnico deverá avaliar a pertinência, urgência e necessidade dessas manutenções corretivas.

6.8. Em casos que as peças a serem utilizadas em um reparo técnico possam ser facilmente trocadas pelos responsáveis locais dos equipamentos, e o envio das peças seja mais rápido e econômico que o deslocamento do técnico ao local do reparo, a Fiscalização poderá em caráter excepcional aprovar o envio das peças sem o respectivo atendimento técnico local, após avaliar a pertinência, urgência e necessidade desse procedimento.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

- 6.18. O fiscal técnico do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal técnico do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

- 6.20. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o o disposto nesta seção.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. O pagamento será efetuado pela Contratante após do recebimento da Nota Fiscal/Fatura;

7.3.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

7.3.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada na lei 14.133/2021.

7.3.4. O método de avaliação da conformidade dos serviços entregues, com relação aos termos contratuais e com a proposta da contratada, com vistas ao recebimento definitivo, será efetuado da seguinte forma:

7.3.4.1. Os equipamentos submetidos à manutenção devem apresentar funcionamento correto, de acordo com as especificações do fabricante;

7.3.4.2. Conferência das peças e insumos eventualmente utilizados durante a execução da manutenção;

7.3.4.3. Compatibilidade entre o quantitativo de horas técnicas declaradas em relatório de atividades e o quantitativo de horas efetivamente utilizadas;

7.3.5. O procedimento de verificação do cumprimento da obrigação da contratada de manter todas as condições nas quais o contrato foi assinado durante todo o seu período de execução será realizado observando os seguintes critérios:

7.3.5.1. verificação de valores cobrados pela contratada;

7.3.5.2. monitoramento dos prazos de execução dos serviços após as solicitações formais;

7.3.5.3. verificar se a contratada faturou todos os serviços executados;

7.3.5.4. não solicitar serviços além do que foi empenhado e/ou previsto no contrato.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente com a efetiva entrega do relatório de serviço, pelo fiscal técnico, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento as ordens de serviço executadas.

7.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.11. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.14. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.14.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.14.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.14.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.14.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.14.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.18. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.19. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.20. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.21. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.22. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.23. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.23.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.23.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.24. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.25. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.26. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.27. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.28. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.29. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.30. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.31. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.32. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.32.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.33. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.34. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado ~~[A23]~~ da data do orçamento estimado, em 07/04/2025.

7.35. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, da atualização dos valores da proposta inicial pela contratada. Tal fato se deve à inviabilidade da realização do reajuste com base em apenas um índice de precificação, como o Índice de Preços ao consumidor Amplo – IPCA, visto que os referidos valores são impactados por diversos fatores, nem todos incluídos nos índices gerais de preços, sendo atrelados, por exemplo, à variação cambial, aumento de custo de partes em moeda estrangeira, custos de frete internacional e doméstico, custos de passagem e deslocamento, entre outros, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.36. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.37. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.38. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.39. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.40. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.41. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.42. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.42.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.42.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.42.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.42.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.43. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de até **10% (dez por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **15% (quinze por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da ~~contratação~~ medição dos serviços a serem executados..

8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20% (vinte por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **15% (quinze por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da ~~contratação~~ medição dos serviços a serem executados..

8.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da ~~contratação~~ medição dos serviços a serem executados..

8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da ~~contratação~~ medição dos serviços a serem executados.~~[, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.]~~

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art 74, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comerciais exclusivos.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário e os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados, deslocamentos efetivamente realizados e peças efetivamente substituídas.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.6. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.7. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.8. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.10. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.11. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.12. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

9.13. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.14. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.15. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.16. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.16.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 1.523.684,05 (Um Milhão e Quinhentos e Vinte e Três Mil e Seiscentos e Oitenta e Quatro Reais e Cinco Centavos) conforme custos unitários apostos nas tabelas contida no item 1.1. acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas de acordo com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI).

Brasília-DF, na data da assinatura

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

13.1. Não se aplica a esta contratação.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, NOVA ANALÍTICA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Contratação Direta por Inexigibilidade de Licitação nº264/2025, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

_____, ____ de _____ de 20____.

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DANGELO VICTOR GONCALVES SILVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 07/11/2025 às 16:54:30.

LUCIANA LOBATO SCHMIDT

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 11/11/2025 às 11:27:20.

CLAYTON ROVIGATTI LEIVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 07/11/2025 às 17:11:16.

CAMILA RAMOS CABRAL

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 07/11/2025 às 17:48:50.

Despacho: TR aprovado de acordo com o Despacho DITEC/PF (SEI nº 143394964), 08201.000236/2025-58.

ROBERTO REIS MONTEIRO NETO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 11/11/2025 às 16:16:27.

